

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 26/05/2021 | Edição: 98 | Seção: 1 | Página: 253

Órgão: Poder Judiciário/Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

PORTARIA N° 1.364, DE 24 DE MAIO DE 2021

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, nos termos do § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, torna público o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL e, em atendimento ao Acórdão do TCU Plenário de nº 553/2017, de 29 de março de 2017, o relatório denominado DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO.ITEM 9.4, ambos constantes no Processo Administrativo TRT 4ª nº 1966/2020(ROAD).

DES^a CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO/2020 A ABRIL/2021

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)			
	LIQUIDADAS																
	MAI/2020	JUN/2020	JUL/2020	AGO/2020	SET/2020	OUT/2020	NOV/2020	DEZ/2020	JAN/2021	FEV/2021	MAR/2021	ABR/2021					
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)																	
Pessoal Ativo	116.934.063,43	118.544.796,27	122.683.241,23	121.191.424,05	120.337.444,43	120.454.788,78	187.424.441,82	142.132.020,99	168.095.954,44	121.157.038,92	119.929.736,87	121.057.643,03	1.580.616.615,17	1.880.857,55	1.582.533.672,67		
Vencimentos, Vantagens e Outros Despesas Variáveis:	74.075.814,44	75.676.616,89	80.165.806,73	77.979.189,85	77.399.983,13	77.652.138,83	123.670.309,99	95.486.113,88	104.044.654,82	78.081.918,41	71.252.144,58	79.719.626,28	102.150.269,65	1.120.10,36	1.022.425.280,01		
Obrigações Previdenciárias	62.345.972,65	63.561.819,14	63.539.696,98	63.711.851,94	63.306.747,14	63.546.671,04	95.279.623,57	81.190.449,59	96.492.704,75	64.083.841,02	61.061.527,54	65.663.664,17	859.171.911,33	851.193,76	840.023.825,11		
Pessoal Inativo e Pensionistas	11.729.841,79	12.307.797,69	16.635.107,75	14.258.357,91	14.493.235,99	14.106.307,79	28.390.682,51	14.495.364,29	14.213.950,07	14.009.077,39	14.190.317,04	14.119.338,11	182.339.358,32	271.96,95	182.401.454,90		
Aposentadorias, Reserva e Referens	42.859.086,99	42.868.169,47	42.517.414,50	43.121.254,20	42.737.661,30	42.020.459,11	63.754.177,52	46.485.706,21	63.401.299,62	41.071.106,51	42.677.382,29	41.881.669,59	559.141.345,92	557.047,14	559.088.392,66		
Pensiones	35.481.211,93	35.388.543,36	35.146.574,17	35.659.055,77	35.343.642,17	35.441.929,55	52.639.404,98	37.413.612,26	52.371.16,90	35.268.087,39	35.079.215,09	35.188.348,27	460.714.230,31	557.047,14	460.953.277,43		
Outras Despesas de Pessoal Descritas de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Fornecimento Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	7.377.873,69	7.479.626,11	7.379.849,03	7.471.178,93	7.394.619,19	7.369.520,66	11.115.112,54	9.932.093,98	11.094.188,62	7.809.662,12	7.399.467,20	7.405.412,57	98.765.115,21	200.000,00	99.985.153,21		
Despesas com Pessoal não Executado Organizacionalmente													0,00	0,00	0,00		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	42.858.040,69	42.868.169,47	42.517.414,50	43.121.234,20	42.737.661,30	42.802.459,11	63.754.137,52	48.637.404,81	63.401.299,62	41.071.106,51	42.687.660,78	42.887.393,94	561.396.516,55	0,00	561.346.316,55		
Infrações por Excesso e Ineficiência à Despesa Variável													0,00	0,00	0,00		
Descontos de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração													0,00	0,00	0,00		
Despesas de Exercício Autônomo de período anterior ao da apuração	-1.048,30												10.278,49	-6.372,71	5.238.137,91		
Indenizações e Prestações com Recursos Vinculados	42.859.086,99	42.868.169,47	42.517.414,50	43.121.234,20	42.737.661,30	42.802.459,11	63.754.137,52	41.414.849,08	63.401.299,62	41.071.106,51	42.677.382,29	41.881.669,59	556.108.358,64	556.108.358,64			
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	74.076.862,74	75.676.616,89	80.165.806,73	77.979.189,85	77.399.983,13	77.652.138,83	123.670.309,99	93.494.615,28	104.044.654,82	78.081.918,41	77.242.066,09	79.169.404,04	1.019.297.098,62	1.880.857,55	1.021.177.156,12		

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	763.023.603.538,79	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V)=(A)+(B)	1.021.177.156,12	0,133833%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.686.778.129,16	0,221065%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.602.439.222,70	0,210012%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.518.100.316,25	0,198959%

FONTE: SIAFI, Cofin/Secof/TRT 4ª Região, 17/05/2021 17h.

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo.

Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

a) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a.1) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

a.2) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

b) Despesas com requisições de pequeno valor (RPV) executadas por meio de descentralização interna de crédito (provisão): despesa liquidada R\$ 8.084.151,71.

c) Despesas com precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 69.718.685,24.

d) Despesa com precatórios da Administração Indireta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 63.663.436,68.

e) O valor negativo de R\$ 1.048,30 em maio de 2020 refere-se a estorno parcial de pagamento feito em março de R\$ 1.128,18 de Despesas de Exercícios Anteriores.

f) O valor de R\$ 1.080,02 de Despesas de Exercícios Anteriores constante em abril 2021 refere-se a despesas do período de apuração.

ANEXO II

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017 - TCU-PLENÁRIO.ITEM 9.4

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO/2020 A ABRIL/2021

R\$ 1,00

		DESPESAS EXECUTADAS		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		1.582.523.672,67		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		561.346.516,55		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)=(I-II)		1.021.177.156,12		
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		763.023.603.538,79		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V)=(III/IV)*100		0,133833 %		
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III	Ato decorrente \2:	ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	% DA RCL
				VALOR
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	0,271745%
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007	0,239136%
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013	0,238692%
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT 12/2015\3		0,221065%	1.686.778.129,16

\1 Limite máximo da despesa com pessoal do Órgão fixado segundo o critério da LRF (art. 20, § 1º), pelo respectivo Ato do Conselho Nacional da Justiça ou por Ato próprio do Órgão, se for o caso

\2 Indicar o Ato (portaria, resolução, deliberação etc.) que alterou os limites máximos individuais da despesa com pessoal do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

DES^a CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ

Presidente do Tribunal

JOÃO HENRIQUE CARVALHO DE LIMA RIBAS

Ordenador de Despesas

CLÁUDIA DUARTE RAFFO

Coordenadora de Orçamento e Finanças

CAROLINA FEUERHARMEL LITVIN

Diretora da Secretaria de Auditoria

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.